

Sarney ganha tempo para composições

Rogério Cadengue

A reforma ministerial vai sair. Essa é a certeza que se tem nos mais diversos setores do Palácio do Planalto e nas declarações de alguns dos principais interessados: os novos governadores. Mesmo as declarações que insistem em negar a reforma ministerial tem o outro leituro, ou seja, a de que o presidente ainda está querendo tempo para formalizar o novo Ministério.

A saída de João Sayad e a entrada de Aníbal Teixeira resolveu apenas o problema do governador mineiro, Newton Cardoso. Orestes Quêrcia e Moreira Franco, que apoiaram a troca, estão aguardando as alterações e não fazem segredo. No Nordeste, Waldir Pires e Miguel Arraes acertam os ponteiros e querem também um Ministério. Enquanto isso o presidente articula um novo plano econômico, numa tentativa de sair da crise, ao mesmo tempo que procura negociações com trabalhadores e empresários.

Mudanças

A mudança ministerial pode sair em quinze dias ou um mês. Depende da tática que o presidente Sarney resolver por em prática. Os nomes e cargos praticamente já são conhecidos. Ralpa Biasi, deputado federal por São Paulo, indicado por Orestes Quêrcia, já faz planos e prepara a roupa da posse. Vai, conforme anunciado em São Paulo e confirmado na recente recepção do presidente Sarney aos parlamentares do PMDB, para o Ministério de Indústria e Comércio, substitui José Hugo Castelo Branco, que a exemplo de Sayad, vai ganhar uma embaixada.

Carlos Wilson Campos, vice-governador de Pernambuco, deve assumir a pasta do Interior. Seria a exigência conjunta de Miguel Arraes e Waldir Pires. A presença de Carlos Wilson no Ministério, obrigaria remoção de Ronaldo Costa Couto, entrando em ação especulações acerca da Caixa Econômica.

Nesse mesmo raciocínio, o presidente iria, aos poucos, substituindo nomes e ajustando politicamente o seu Ministério. Junto com o ajuste político, alguns setores que não estão rendendo o suficiente seriam também modificados. Estariam com os dias contados no Ministério Sarney, os ministros Almir Pazzianotto (Trabalho) Deni Scharvitz (Desenvolvimento Urbano), Dante de Oliveira (Reforma Agrária) e Iris Resende (Agricultura). A reação do Centro Oeste, por exemplo, está dificultando soluções para a Agricultura e Reforma Agrária, pois os dois ministros pertencem à Região. Uma solução que passe por outro nome do Centro Oeste, pode acontecer.

Quando o presidente nega a reforma, ou diz que somente tomou conhecimento pela imprensa, está ganhando tempo. Os governadores do Sul (Pedro Simon, Pedro Ivo e Alvaro Dias) quando afirmam não acreditar em mudanças, fazem a ressalva que o Sul tem pessoas com competência e quando o presidente resolver mudar querem ser ouvidos. Já foram 5ª feira.

Deputado pede salário igual aos de ministro

Um projeto de resolução visando assegurar aos constituintes remuneração equivalente à dos ministros do Supremo Tribunal Federal, foi ontem apresentada, na Assembleia Nacional Constituinte, pelo deputado Paulo Mincarone (PMDB-RS), segundo vice-presidente da Câmara.

Pela proposição, os constituintes perderiam, em troca, as "vantagens" atuais, ou seja, as ajudas de transporte e de gabinete e os "jetons" (pagos pela mídia anterior de sessões), a seu ver, inconstitucionais, porque a Constituição só autoriza o pagamento de subsídios e ajuda de custo. Os subsídios dividem-se em parte fixa e variável, sendo esta devida ao comparecimento às sessões (os "jetons").

Se fosse aplicado, com rigor, o decreto legislativo de 1986, que fixou os subsídios para a presente legislatura (4 anos), segundo Mincarone, os constituintes só estariam recebendo o seguinte: subsídio fixo, Cz\$ 6.330,55, mais Cz\$ 4.206,40 de subsídio variável (correspondente às 16 sessões que restaram à Câmara por mês) e mais Cz\$ 1.164,20 (ou seja, 1/12 da ajuda de custo anual, paga em duas parcelas semestrais), dando tudo Cz\$ 11.701,15.

Como consequência do "gatilho salarial" que disparou para eles também (via funcionalismo público federal), os constituintes estão recebendo, este mês, exatamente o seguinte: subsídios (somados às partes fixa e variável, esta pela mídia anterior de sessões), Cz\$ 29.618,61, mais a verba para transporte, de Cz\$ 26.393,18, e mais a verba de auxílio para gabinete, de Cz\$ 11.210,80, o que dá um total de Cz\$ 67.222,59.

Essa importância é bem maior do que a que, ainda conforme Mincarone, seria constitucionalmente devida, mas "é pequena demais para fazer face às despesas forçadas dos parlamentares e à representatividade do cargo. Com exceção de uns 30 por cento que são empresários ou têm outras fontes de renda (ele próprio, por sinal, é empresário) — disse Mincarone — os demais estão passando dificuldades. Até por que muitos deles saíram endividados da campanha eleitoral e estão com o encargo as mais da mudança para Brasília».

Aposentadoria irrita Carone

Belo Horizonte — O ex-deputado Jorge Carone Filho (PMDB-MG) declarou-se anteontem decepcionado com os proventos que passou a receber do Instituto de Previdência dos Congressistas, depois de ter exercido o mandato de deputado federal por oito anos: Cz\$ 7 mil 661,12, quantia que considera «ridícula», diante do que recebem os deputados estaduais em Minas (mais de Cz\$ 150 mil) e dos deputados dos próprios deputados federais. Ele vai desistir da aposentadoria.

Jorge Carone exibiu uma declaração, feita há três dias, pelo diretor do Departamento de Benefícios do Instituto de Previdência dos Congressistas, Osmário Luciano Martins.

Segundo Carone, esta pensão já incluiu o «gatilho salarial». Diante da situação, o ex-parlamentar disse que solicitou do Instituto a devolução pura e simples do que pagou durante os oito anos de mandato e que, feita a devolução, fosse cancelada sua pensão.

— Contribuí durante muitos anos com Cz\$ 3 mil mensais e, se formos aplicar a correção monetária sobre estes valores pagos, a pensão de Cz\$ 7 mil não tem nenhum significado — disse Carone.

Governadores do Nordeste estão contra 6 anos

Recife — A maioria dos governadores do Nordeste não se mostra disposta a brigar pela permanência de Sarney na Presidência da República até 1990. Alguns defendem um mandato de cinco anos, enquanto outros preferem deixar a questão para a Constituinte decidir. Apenas Tasso Jereissati (CE), Alberto Silva (PI) e Tarcísio Burity (PB) continuam firmes na posição de que o presidente deve ter um mandato de seis anos.

Antônio Carlos Valadares (SE), Waldir Pires (BA) e Fernando Collor de Melo (AL) preferem que o mandato presidencial seja de cinco anos. Este também é o posicionamento do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso. Cardoso acha que é melhor para o PMDB e para o Brasil ter uma eleição presidencial isolada, sem coincidência com eleições municipais ou parlamentares.

Waldir Pires acha que é uma tradição, assim como Antônio Carlos Valadares. Eles acham que quatro anos é pouco e seis anos é demais, o que valeria também para Sarney.

Geraldo Melo (RN) e Miguel Arraes (PE) preferem deixar que a Constituinte resolva a questão. Arraes diz que por enquanto o mandato é de seis anos, mas a Constituinte pode mudar isso. Salienta, entretanto, que esta não é uma questão fundamental: «Mais importante no momento é a questão agrária e a questão tributária». Já Fernando Collor, mesmo defendendo cinco anos, acredita que o mandato de Sarney «será determinado pelo tamanho da inflação e da taxa de juros».

Dias evita falar de ministério

A prática da interferência nas questões da reforma ministerial não é bem vista pelo governador Alvaro Dias, mas ela será adotada pelo Paraná caso venha a ser constante. Foi o que ele afirmou durante entrevista coletiva de sexta-feira última, oportunidade em que fez uma exposição sobre os resultados positivos alcançados em Brasília. «Se a prática for realmente adotada, não abriremos mão de opinar».

O governador informou que, em Brasília, durante a audiência com o presidente José Sarney, foi porta-voz dos três governadores do sul, que comungam a mesma idéia sobre a reforma ministerial, isto é, o presidente é quem escolhe os ministros, baseado nos princípios da eficiência, competência e probidade.

«Não defendemos uma composição geográfica do Ministério, mas uma composição de pessoas eficientes». Alvaro descartou a idéia de formação de uma nova equipe baseada em políticas regionais. E comparou: «Fosse quem fosse o presidente da República eu continuaria defendendo um mandato de quatro anos, com direito à reeleição. Se optasse pela conveniência, o que não é o caso, poderia propor, por exemplo, um mandato de seis anos».

Os governos, entende ele, devem cobrar resultados de Brasília. A interferência nos assuntos que competem ao Presidente "contraria o princípio da eficiência". As previsões de oposição ao presidente Sarney "são pessimistas", segundo Alvaro Dias. No plano político, destacou, os compromissos estão sendo respeitados e, no plano econômico, o Governo Federal tem se esforçado para estabelecer uma política que ofereça segurança, principalmente, aos setores produtivos.

Disse ainda o governador que o

Cals Neto quer definir sistema

A Assembleia Constituinte definirá, preliminarmente, o sistema de governo a ser instalado no Brasil e a duração do mandato do atual presidente da República. Este é o projeto de resolução formalizado na Constituinte, ontem pelo deputado César Cals Neto (PDS/CE), assinado também pelo senador Afonso Camargo (PR), 3º vice-presidente nacional do PMDB.

Justificando a iniciativa, o representante do Ceará disse que o projeto da nova Constituição deverá trazer um esboço do sistema de governo a ser implantado no país e a duração do mandato do presidente Sarney. «Isto implicará em definições profundas, particularmente no âmbito dos poderes Executivo e Legislativo» — disse ele.

César Cals Neto propôs que a mesa diretora defina os prazos máximos de tramitação da matéria para viabilizar



Alvaro Dias

presidente Sarney tem buscado um novo plano para a economia e que, para uma discussão mais ampla a nível regional, estará em Curitiba na próxima semana uma equipe do Ministério da Fazenda, que estuda propostas para uma política macroeconômica consistente. Dias reafirmou ainda seu ponto de vista em relação ao ministro Dilson Funaro, de fortalecê-lo e não enfraquecê-lo. A reforma da economia brasileira passa necessariamente pelo ministro, comentou, lembrando que é normal a atitude do presidente do Banco Central, Francisco Gross, de negociar a dívida externa com banqueiros, "por ser esta uma norma estabelecida pelo próprio órgão".

Exército comemorará revolução sem pompa

Mesmo com as mudanças ocorridas no cenário nacional, não haverá maiores pompas nas comemorações do dia 31 de março, aniversário do movimento militar de 1964. As cerimônias — uma formatura militar com desfile para o comandante das unidades, seguido de leitura da Ordem do Dia dos ministros militares e execução da canção do Exército — de caráter eminentemente interno, continuarão restritas aos quartéis, como aconteceu no ano passado.

Segundo o Exército, continuam válidas as diretrizes baixadas pelo general Leônidas Pires Gonçalves, em 1986, quando limitou as comemorações do 31 de março a apenas esses três eventos, perdendo apenas para o dia da Inconfidência Mineira (21 de

abril) e para a data da Independência (7 de setembro), fixadas em duas solenidades.

Se nos últimos 20 anos as comemorações do 31 de março mobilizavam todas as unidades do Exército e eram alvo de aviso especial do ministro do Exército, publicado no Diário Oficial da União, a partir de 1986, elas estrearam no contexto das normas para as comemorações de festas nacionais e militares, com o nome de "Revolução Democrática" e competindo em importância com a incorporação de conscritos, tomada de Monte Castelo, dia da Vitória, da Bandeira, do Reservista, aniversário da Organização militar, homenagem aos patronos, Intentona Comunista e dia do Soldado.